



A Europa das Regiões¹

Vasco Mariz*

Matéria extraída de palestra proferida, em 09.03.1995, na Confederação Nacional do Comércio e publicada na Carta Mensal — 41(431):47-67, abril de 1995 — revista mensal dessa entidade.²

Ao escolher como tema deste ensaio a “Europa das Regiões”, não pensei em analisar as atuais associações de Estados, já em funcionamento ou em formação, com vistas a uma integração comercial. No entanto, parece-me oportuno recordar, em linhas gerais, essas aglomerações de Estados, antes de entrar nos pormenores que mais podem nos interessar em relação à Europa.

Em primeiro lugar, a mais ambiciosa e mais amadurecida dessas organizações, a União Européia, que agora engloba 15 Estados, com a recente admissão da Áustria, Suécia e Finlândia. Da antiga Associação Européia de Livre Comércio, a EFTA, saíram

os três países acima mencionados, restando apenas a Noruega, a Suíça, a Islândia e o Lichtenstein.

Em 1994, tivemos a formação do NAFTA, a área de livre comércio da América do Norte, que acaba de tropeçar espetacularmente na presente crise mexicana. Também em 1994, foi criada, na Indonésia, a APEC, outra ambiciosa organização de livre comércio, reunindo numerosos países de ambos os lados do Oceano Pacífico, mas que só deverá formalizar-se dentro de 25 anos. Ainda em 1994, foi esboçada a AFTA, durante reunião de dezembro dos presidentes das Américas, em Miami. A Associação de Livre Comércio das Américas deverá con-

Diplomata, ex-embaixador do Brasil na República Democrática da Alemanha e em Israel — Chipre (cumulativamente).

1. Selecionado pelo PADECEME.

2. O leitor deve levar em consideração as mudanças corridas no Quadro das nações consideradas no artigo, a partir da data em que o mesmo foi produzido.

cretizar-se dentro de 11 anos. Já em janeiro do ano corrente, foi criada a CEA (*Chinese Economic Area*), abrangendo China, Taiwan e Hong Kong, que, no momento, atingiu o expressivo índice de terceiro parceiro comercial dos Estados dos Unidos da América. Finalmente, entrou em vigor, em janeiro de 1995, o MERCOSUL, havendo o Chile e a Bolívia postulado formalmente suas candidaturas. O Peru e a Colômbia manifestaram desejo de associar-se também ao MERCOSUL, a médio prazo.

Verifica-se, assim, um claro consenso mundial em favor das associações de Estados, mais ou menos frouxas, e limitadas inicialmente apenas ao livre comércio. A instalação da Organização Mundial do Comércio, em substituição ao GATT, é a evidente confirmação dessa tendência. Parece-me pouco provável, no entanto, que algumas dessas associações venham a progredir substancialmente. Acredito mais em outras tendências que começam a esboçar-se menos ambiciosas e mais imediatas, que serão objetivo deste ensaio, no que se refere à Europa.

Antes de tudo, uma observação global: meus comentários foram quase todos elaborados à sombra da grande ameaça que paira sobre as nações industriais — o desemprego crescente, o fenômeno que aflige o mundo neste final de século. Na recente conferência econômica de Davos, na Suíça, as personalidades mais altas da economia e das finanças da OCDE chegaram a algumas dramáticas conclusões: 1) a estabilidade nos empregos, durante toda a vida do trabalhador, é hoje exclusivamente uma exceção japonesa; 2) o emprego fixo está se tornando uma relíquia da revolução industrial, que não fará parte da realidade econômica do século XXI; 3) a privatização das estatais deve ser acelerada;

4) o seguro-desemprego deve ser reduzido ao mínimo possível, de tal modo que a sua exigüidade force o desempregado a aceitar empregos menos bem remunerados; 5) os desempregados devem ser encorajados a frequentar cursos de reciclagem, ou aperfeiçoamento em atividades afins ao seu antigo emprego. Na Europa, o país que está num estágio mais adiantado na aceitação dessas realidades é a Alemanha, e o país mais avesso a mudanças é a França, cuja legislação é extremamente rígida em matéria de trabalho. Lá, os jovens que nunca trabalharam têm direito aos benefícios dos desempregados.

Há tempos foi-me sugerida uma palestra sobre a "Europa das Minorias". O tema era complexo e, ao tentar coligir dados e classificar minhas recordações, acabei evoluindo para um problema afim, que se sobrepõe às minorias e está ganhando atualidade — a "Europa das Regiões". Os países independentes do continente europeu já atingiram, no início de 1995, a espantosa cifra de 43 Estados, desde a enorme Rússia à pequenina Andorra. Nos anos 60, quando os novos Estados independentes da África superaram o número de 30, foi um espanto geral. Eis que, pouco após a queda do Muro de Berlim, a Europa já deixou longe os índices africanos. Nessa pulverização política observa-se uma tendência centrífuga aos governos centrais e às grandes burocracias estatais, que esmagavam as minorias e as províncias mais remotas, vítimas de discriminações por vezes odiosas. Minha tese para este ensaio é que prevejo uma outra tendência oposta a essa atomização de Estados, isto é, um movimento que começa a esboçar-se pela regionalização político-econômica. Essa tendência poderia solucionar melhor a questão das minorias e evitar outros conflitos. A presente crise na Iugoslávia tem feito muita gente na Europa

meditar sobre o assunto. Outras forças, desta vez centrípetas, possibilitam a aglutinação de vários países vizinhos de menor viabilidade econômica.

Recentemente, temos lido opiniões de importantes jornalistas, economistas e cientistas políticos, em artigos da imprensa internacional e até em livros que obtiveram considerável repercussão no Primeiro Mundo, sobre o possível fim de alguns Estados-nações. Esses autores estão percebendo sensível evolução do mundo atual no sentido

de uma regionalização mais acentuada, em detrimento das fronteiras políticas e em favor de uma integração progressiva de frágeis Estados vizinhos. Um dos fatores que parecem

“As províncias tendem a se afastar das capitais nacionais para se filiarem diretamente aos núcleos econômicos vizinhos, supranacionais.”

acelerar essa globalização econômico-financeira foi a extinção do conflito ideológico, e o mundo parece caminhar em direção de associações políticas mais flexíveis, com fronteiras menos rígidas, em consequência do desgaste de muitos Estados-nações. Ao chegar a essas conclusões, alguns autores têm coincidido em vários de seus argumentos. Os japoneses são talvez os mais audaciosos em suas previsões, e até eminentes escritores norte-americanos, como Patrick Moynihan e Paul Kennedy, não os contradizem e utilizam razões acadêmicas semelhantes. O controvertido jornalista japonês Kenichi Ohmae, ao analisar a regionalização das economias do Sudeste Asiático, afirma que as províncias tendem a se afastar das capitais nacionais para se filiarem diretamente aos núcleos econômicos vizinhos, supranacionais. Suas observações têm obtido repercussão internacional, pois parecem oferecer, às empresas transnacionais, um novo cami-

nho seguro para a sua expansão. Na mesma linha de pensamento, convém assinalar a crescente regionalização do sul do Brasil com suas também crescentes conexões com a grande Buenos Aires, onde centenas de empresários brasileiros já se instalaram. Empresas transnacionais estão estudando as possibilidades e conveniências de investirem em melhores condições no Uruguai e Paraguai, com vistas aos grandes mercados do Brasil e da Argentina.

Começemos, porém, por avaliar como

se chegaria à Europa das Regiões, à luz dos preconceitos políticos e raciais existentes, e dos desequilíbrios econômico-financeiros atuais. A primeira pergunta é: como poderia ser financiada essa possível Europa das Regiões?

O recente fracasso do México levanta uma série de questões e ainda não estão claras as tendências dos capitais especulativos, assustados com a instabilidade dos mercados dos países emergentes. Na Europa Oriental, os investimentos têm sido bastante modestos porque a conjuntura política, em quase todos os países da região, ainda não inspira confiança. Tanto os grandes quanto os pequenos investidores têm tido algumas experiências desanimadoras, não só pelo endividamento enorme das empresas estatais (por vezes mascarados a esses investidores), como também pela freqüente desonestidade dos parceiros da região. Na Europa Oriental organizou-se uma poderosa máfia que tem atraído investidores ingênuos e, no momento de as empresas se tornarem produtivas, os parceiros estrangeiros são expulsos sem que os governos locais tomem providências para protegê-los. Na Rússia, isso tem acontecido

com alguma freqüência. Por outro lado, em certos casos, esses investidores e executivos estrangeiros não eram honestos nem competentes, daí resultando uma desconfiança recíproca que tem até impedido promissoras associações. Em verdade, parece que os homens de negócios ocidentais superestimam a sua habilidade de negociar e operar na Europa Oriental, cujos métodos de trabalho são bem diferentes daqueles a que estão habituados. A República Tcheca teve recentemente experiências amargas com parcerias iniciadas com as importantes empresas Skoda e Tatra.

Por outro lado, muitos estudiosos admitem hoje que as províncias não suportam mais ficar submetidas à ditadura de burocracias por vezes preconceituosas e até incompetentes. Preferem comerciar entre si e com o resto do mundo, sem os entraves que os governos centrais costumam impor. Um exemplo dessas tendências é o Canadá, que só poderá salvar-se da partilha graças ao NAFTA e à concessão de ainda maior autonomia à província de Quebec que, em 1995, deixou de tornar-se independente por margem insignificante em plebiscito.

Na Europa, um exemplo positivo dessas forças centrífugas foi a autonomia quase completa que o Estado espanhol concedeu à província da Catalunha, que hoje em dia atingiu notável prosperidade, graças ao seu novo poder de comerciar livre e diretamente com o resto da Europa, sem passar pela tentacular burocracia de Madrid. Exemplo inverso nos proporciona a Suíça, que sucessivamente decidiu manter sua completa autonomia sem se atrelar às Nações Unidas, ao Espaço Europeu e à União Européia, numa categórica repulsa às burocracias da ONU e da Comunidade Européia. Esse horror às capitais distantes poderá levar a Europa

ainda a uma maior pulverização política. As Nações Unidas têm agora mais de 180 Estados-membros, mas dentro de uma geração o número poderá aumentar ainda. Recordo que, por ocasião da fundação da ONU, a América Latina era o bloco regional mais numeroso e gozava de significativo peso político nas votações, o que hoje perdeu sensivelmente.

Não desejo afirmar, porém, que a nova Europa do século XXI vai ser uma "Europa das Minorias", mas certamente as minorias mais importantes e mais bem organizadas vão se tornar mais autônomas dos Estados-nações. Só nos últimos cinco anos, depois da derrubada do Muro de Berlim, numerosos novos Estados foram criados. Outros divórcios estão se delineando e alguns Estados, que já se separaram, como os da antiga União Soviética, ainda poderão voltar a se unir pela imperiosa necessidade geoeconômica e financeira.

O mundo soviético foi o primeiro Estado-nação a espatifar-se espetacularmente, produzindo, primeiro, os três Estados bálticos (Estônia, Letônia e Lituânia) e, depois, a Bielorrússia (ou Belarus), a Ucrânia, a Moldávia, o Casaquistão, a Armênia, a Georgia etc., como novos Estados independentes. Não é aqui o momento de examinar as causas dessas rupturas, que todos conhecemos, e sim estudar o que aconteceu depois. Felizmente, não ocorreu o êxodo maciço de 10 milhões de russos em direção ao Ocidente, como tanto se temia. As novas repúblicas se embriagaram com a liberdade recém-conseguida, mas não se organizaram adequadamente. A primeira etapa das negociações bilaterais com Moscou empacou nas relações comerciais, enquanto persistem divergências como o estacionamento e a propriedade dos armamentos nucleares, a partilha da marinha

militar, a retirada progressiva das tropas soviéticas, o *status* das minorias russas.

A Ucrânia é um bom exemplo do que aconteceu nestes tumultuados últimos seis anos. Apesar de o país ser bastante rico, a produção industrial caiu 40% e o processo de privatização mal começou. O PIB recuou 10% e a inflação chegou a 1.600%. A nova moeda, os *karbovánets*, criada como símbolo da tão ansiada independência, não conseguiu alcançar credibilidade e vale menos do que o rublo tão depreciado. Ao contrário do que se poderia esperar, o Ocidente não veio em apoio à Ucrânia e, nas eleições presidenciais de julho de 1994, Leonid Kuchma elegeu-se com uma plataforma realista, que recomendava a reaproximação com Moscou. O desemprego continua alto (14%) e só não é maior porque as privatizações não progrediram. A Belarus, ou Bielorrússia, tem problemas parecidos com os da Ucrânia e já vai se reaproximando de Moscou. Sua renda *per capita* é melhor, e se mantém quase igual à do Brasil.

Os Estados bálticos têm sofrido muito com uma recém-obtida independência, mas talvez, pela sua exígua dimensão territorial estão conseguindo receber pequenas ajudas, para eles valiosas, dos Estados Unidos, da Suécia e da Finlândia. Embora esse auxílio seja a conta-gotas, estão se organizando melhor do que outras novas repúblicas. Apesar dos interesses comerciais com a Rússia, não é viável uma reaproximação com Moscou, cujo domínio de 50 anos deixou cicatrizes profundas. A Estônia impressionou-me bem, em rápida visita que fiz a Tallin, em junho último. Ela cresceu 6% em 1994, com inflação só de 40%. Sua renda *per capita* é superior a US\$ 3.000,00, portanto, maior do que a do Brasil. Já a Lituânia não tem tido a mesma sorte. Foi a primeira a

voltar às mãos dos ex-comunistas, nas eleições de 1992, que levaram ao poder o novo Partido Democrático do Trabalho. Os progressos foram poucos até agora.

Parece-me oportuno citar recente entrevista de Gorbachev sobre o presente impasse econômico da Rússia com suas ex-províncias. Dizia ele à revista *Newsweek*, em 31 de outubro de 1994: "*O império russo não poderá jamais renascer, mas uma razoável cooperação econômica é possível e será até essencial a ambas as partes. No entanto, muita gente na Rússia não deseja essa nova união com as antigas províncias, porque nossos recursos são limitados. Eu mesmo (diz Gorbachev) gostaria de ver uma nova união com a Bielorrússia, o Casquistão e mesmo a Ucrânia, embora acredite que a Ucrânia deva mesmo ficar independente, apesar de integrada na nossa zona comercial. Se isso acontecer, temo até que outras partilhas possam vir a ocorrer nessas novas repúblicas.*" Quando estive na Rússia, em 1994, deu-me impressão penosa a visivelmente decadente São Petersburgo. Em conversa com nosso guia, soube que diversas fábricas na região da antiga Leningrado estão paralisadas, porque os insumos não lhes chegam mais das outras províncias, hoje independentes, que estão a exigir pagamento em moeda forte pelas suas matérias-primas. Portanto, o desconforto é recíproco: a mãe-pátria russa e suas antigas províncias não estão conseguindo viver separadas. Aliás, o PIB da Rússia caiu 16%, em 1993, e sua renda *per capita* é inferior à do Brasil — em torno de US\$2.300,00.

A recente guerra civil na Chechênia deve estar fazendo meditar alguns chefes de Estados pelo mundo afora. Durante três anos, o governo separatista da Chechênia tentou a secessão por meios pacíficos e legais, sem

resultados. Embora seja uma pequena província, ela é rica em jazidas minerais e petróleo, e seria um dos locais de estocagem de mísseis nucleares soviéticos, em virtude de sua topografia. Por isso, o governo de Grozny nunca poderia obter o assentimento de Moscou para sua independência total. Portanto, mesmo com o risco de desgastar-se interna e externamente, o presidente Yeltsin não podia ter adotado outra decisão do que impor pela força os interesses políticos e militares da Rússia. O Ocidente compreendeu o dilema e não lhe criou dificuldades internacionais, apesar da incitação irresponsável da imprensa. Por outro lado, é necessário recordar que os chechenos são muçulmanos e estavam sendo ajudados pelos turcos e iranianos. Se os chechenos houvessem repassado ao Irã o material atômico soviético de que seriam guardiães, as conseqüências no Oriente Médio seriam incalculáveis.

No dia 19 de janeiro último, o jornalista Caio Blinder publicou, em *O Globo*, um artigo intitulado "Chechênia nos Estados Unidos?" e lembrou que as cinzas da guerra da secessão ainda estão quentes, mencionou movimentos separatistas na Califórnia, Texas, Idaho e até no pequenino estado de Vermont, na Nova Inglaterra, que aliás tem o direito à secessão inscrito em sua constituição estadual, em casos de seus cidadãos "se sentirem prejudicados por calamidades à sua volta". Recordou o jornalista brasileiro que a cidade de Seattle, no noroeste dos Estados Unidos, tem muito mais afinidades com Vancouver, no Canadá, do que com Washington ou Nova York. Citou o sociólogo americano, Thomas Naylor, que propõe "o enxugamento dos Estados Unidos" e afirmou que "os Estados Unidos carecem de um senso de comunidade bem definido que vincule

nossos 50 Estados tão desconjuntados". Infelizmente, há muita gente no Brasil que também pensa assim: existem associações separatistas no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo e, até, no Nordeste.

Destarte, se as nações bálticas parecem no bom caminho da criação de zonas de cooperação comercial com seus vizinhos (Suécia, Dinamarca e Finlândia), ainda têm um longo percurso até se sustentarem melhor. Até mesmo a Ucrânia, a terceira potência nuclear mundial e dona de terras fertilíssimas, que tradicionalmente foram o celeiro da Rússia, tem ainda um futuro bastante incerto, que dificilmente se poderá consolidar sem restabelecer estreito contato com Moscou. Parece-me inevitável a regionalização da Europa com urgente ofensiva internacional em busca de novos mercados e novas parcerias. Isso deveria interessar ao Brasil, já que a Argentina está em adiantadas negociações com a República tcheca.

Ao deslocarmo-nos para o centro europeu, os problemas melhoram um pouco, pois a Polônia já é o primeiro país a sair da recessão desde 1989, talvez por haver recebido razoável auxílio de americanos de origem polonesa. Seu PIB cresceu 2%, em 1992, e 4%, em 1993. As empresas privadas já são responsáveis por mais de 50% do PIB nacional. Em 1989, a inflação andava pelos 700%, mas em 1994 já estava controlada em torno de 30% anuais, o que é muito meritório. O desemprego é dos mais altos da Europa Oriental (17%), justamente porque foram feitas muitas privatizações. No entanto, apesar desses índices favoráveis, em recente pesquisa de opinião, apenas 33% dos poloneses estão otimistas em relação ao futuro do seu país, embora só 22% se tenham declarado pessimistas. A História lembra a

aproximação da Polônia com a Lituânia e isso já está ocorrendo novamente. Aí vemos nova regionalização surgindo. Persistem, no entanto, problemas de fronteiras da Polônia com a Alemanha e a Rússia, apesar de os limites atuais haverem sido solenemente reafirmados pelos líderes alemães e russos. Felizmente, todos parecem evitar reabrir, pelo menos por ora, as velhas feridas que já fizeram correr tanto sangue.

Seja como for, mesmo a promissora Polônia não conseguiu evitar cair na demagogia ideológica dos neocomunistas. Em 1993, aconteceu a vitória nas eleições gerais da chamada Aliança Democrática de Esquerda, que concorreu com a plataforma híbrida de desilusão com as políticas econômicas de choque. Porém, continuam a aprovar novas privatizações e reformas, desde que mantidas as conquistas sociais dos trabalhadores. Lech Walesa, que acabava de visitar o Brasil, estava enfrentando com firmeza as hesitações de seu 1º ministro, mas recentes eleições levaram ao poder, em 1995, o partido comunista com aparente cara nova.

Infelizmente, os novos ventos não convenceram ainda os dirigentes de dois dos países mais atrasados da Europa Oriental, a Romênia e a Bulgária, que continuam às voltas com as velhas oligarquias comunistas, agarradas às desgastadas normas do *anciên régime*. Na Romênia, a crise permanece fortíssima. Ion Iliescu, antigo colaborador do sangrento ditador Ceausescu, foi eleito em 1992 e cercou-se de muitos comunistas como ele e, por isso, não houve privatizações significativas e a corrupção continua a imperar. A mortalidade infantil é enorme e 1/5 da população vive abaixo do nível de pobreza. O PIB da Romênia caiu 13%, em 1991, 15% em 1992, e 5%, em 1993; a inflação continua em 200% e o desemprego atinge 16%, índice

altíssimo em país onde praticamente não houve privatizações. Logo após a morte de Ceausescu, em 1989, houve a evasão de milhares de romenos para o Ocidente, sobretudo ciganos, que foram mendigar na Kurfürstendam, de Berlim, "poluindo" uma das mais belas avenidas da Europa. A Romênia tem problemas com a minoria húngara, muito importante e bem organizada, e conflitos poderão eclodir a qualquer momento. Aliás, o futuro da pequena república da Moldávia, a antiga Bessarábia, não me parece nada claro, e tudo indica que, ao se formarem Estados-regiões, ela pode juntar-se à Romênia ou, ainda mais provavelmente, à Ucrânia, em razão de suas tradicionais relações com a antiga União Soviética. No momento, a Romênia está envidando esforços por reorganizar o turismo para suas belas praias do Mar Negro, onde as antigas elites comunistas iam descansar.

Sua vizinha Bulgária é outra nação que não aproveitou o último quinquênio de relativa liberdade, apesar de haver eleito, em 1992, Zhelyn Zhelev, líder anticomunista. Entretanto, ele não conseguiu realizar amplas reformas e o país vem sofrendo prejuízos com a guerra civil na Iugoslávia, importante parceiro comercial. As relações comerciais com a Rússia estão em um impasse, já que o governo de Sófia insiste em se fazer pagar em divisas fortes por Moscou, pelas suas exportações agrícolas. Em dezembro de 1994, novas eleições derrubaram o governo da União das Forças Democráticas e deram maioria ao Partido Socialista do jovem líder Zhan Videnov. De qualquer modo, a Bulgária parece mais próxima de decolar do que a Romênia, e em 1994 deve ter saído do vermelho. Sua inflação foi de 55%, a taxa de desemprego está em 20% e, em 1993, seu PIB recuou 3%.

Tem a Bulgária problemas de minorias com a Turquia, que já quase deflagaram uma guerra. É evidente que só a regionalização econômica será a solução para um melhor entendimento com a hoje poderosa Turquia. A grande verdade é que, se a Europa Oriental quiser participar da chamada "quarta onda" de crescimento que se vislumbra neste fim de século, ela terá de se modernizar. Como disse, Roberto Campos, *"estamos numa época em que a velocidade na absorção da educação e da tecnologia será o fator determinante da pobreza ou da riqueza das nações"*.

Chegamos, então, a dois países cuja *performance* nestes últimos seis anos faz crer que, nessa região, poderá haver prosperidade até o fim do século: a Hungria e a República Tcheca. Aliás, tudo indica que esses dois países serão os primeiros do Leste Europeu a ingressar na União Européia, talvez nos próximos anos. Creio que se pode atribuir à cultura avançada desses dois povos, à significativa indústria existente desde antes da Segunda Guerra Mundial e à sua mão-de-obra experimentada grande parte da agilidade contra a estagnação provocada por 50 anos de opressor domínio nazista e depois soviético. Afinal, Budapeste e Praga eram duas capitais altamente sofisticadas e civilizadas, dirigidas por elites esclarecidas e cultas.

A Hungria foi o primeiro país do antigo mundo socialista a empreender reformas de estrutura, mas nem por isso elas avançaram muito. O PIB só apresentou índice positivo em 1994, com 2% apenas. As privatizações vão devagar e o desemprego continua alto (12%), índice do qual, aliás, é a média do mundo ocidental. A inflação foi bem controlada e anda pelos 25%, apenas. No entanto, a Hungria ainda não saiu da recessão, o que

ensejou aos neocomunistas explorar o descontentamento popular com os modestos resultados da política de transição para a economia de mercado. O resultado foi que, em maio de 1994, os neo-socialistas conseguiram vencer com facilidade as eleições nacionais. No início de 1995, o ministro das Finanças decidiu renunciar, em protesto ao ritmo lento das privatizações, obstaculizadas pelo parlamento. Apesar disso, a Hungria vem atraindo investimentos norte-americanos e europeus e obtendo índices promissores de recuperação, embora ainda lentos. Em recente pesquisa de opinião, 44% dos húngaros estão otimistas com o futuro, em relação a apenas 14% que continuam pessimistas. Persistem, porém, problemas com a minoria húngara na Romênia, o que, periodicamente, provoca tensões com o país vizinho. Tudo indica que, num processo mais adiantado de regionalização, a Hungria poderá aproximar-se da Romênia para tentar solucionar seus interesses étnicos, unindo assim um Estado industrial a outro agrário.

A República Tcheca é, sem dúvida, o melhor exemplo de recuperação econômica nestes últimos cinco anos, e tem atraído importantes investimentos alemães e norte-americanos. A pacífica separação da Eslováquia parece haver sido uma lição tomada da guerra civil da Iugoslávia. O desnível entre as duas partes era evidente e os eslovacos não escondiam sua relutância em abandonar as normas socialistas. A República Tcheca conseguiu baixar sua inflação para 13% anuais, em 1994, enquanto no momento da separação ela ainda era superior a 20%. O desemprego também é o mais baixo da região (6%) e o povo tcheco é o mais otimista: 56% têm confiança em futuro melhor. Os comunistas ainda fazem parte da elite do país, mas já estão engrossando as fileiras das centenas

e novos ricos. A indústria tcheca está procurando parceiros com muita cautela, pois teve alguma experiência malograda. Está sondando os Estados bálticos, e isso sem esquecer que o primeiro-ministro tcheco esteve em Buenos Aires para propor, aos argentinos, a criação de uma zona de livre comércio entre os dois países. Espera-se que, até o ano 2000, a República Tcheca alcance a renda *per capita* da Espanha.

A Eslováquia ficou para trás, e seus habitantes estão olhando para os irmãos checos com inveja e, talvez, com arrependimento. A lição vai ser dura, mas prevejo para os eslovacos a solução pela regionalização. Não acabar por decidir-se pela amarga estrada das privatizações e das medidas drásticas para conter a inflação elevada. A Eslováquia era a parte rural e mais pobre da antiga Tchecoslováquia. Em 1993, seu PIB caiu 6,5% e, em 1994, deve ter perdido mais 3%. O desemprego é de 16% com poucas privatizações, mas a inflação já está em somente 18%, o que aliás seria muito satisfatório para nós no Brasil. Terão os eslovacos três alternativas, no século XXI, que a geografia lhe oferece: unir-se à Áustria, à Hungria ou, até mesmo, reatar os laços com a República Tcheca.

E chegamos então ao penoso exemplo da Iugoslávia, onde vivi dois anos, no início dos anos 50. Conhecendo melhor o país e seus dramas raciais e religiosos, previ que um dia ocorreria a explosão de ódios, contida com dificuldade pela hábil política do Marechal Tito e com a disciplina férrea dos antigos Estados socialistas. Aquela infeliz colcha de retalhos montada pela França e pela Inglaterra após a Primeira Guerra Mundial não poderia mesmo ir muito longe, depois das atrocidades que ocorreram durante a Segunda Guerra Mundial, não tanto

pelos alemães, mas, sobretudo, entre croatas e sérvios. Na atual guerra civil já surgiram cinco novos Estados independentes: a Sérvia, que conseguiu conter em sua órbita o Montenegro, a Voivodina e o Kossovô, e mais as repúblicas da Macedônia, a Bósnia (que continua presa de ferozes lutas étnicas e religiosas), a Croácia e a Eslovênia. A Sérvia tem sido apoiada pela Rússia nessa luta inglória, primeiro para conter a partilha da Iugoslávia e, depois, para defender os interesses racistas e religiosos dos sérvios-bósnios, em luta de morte com os bósnios-muçulmanos, em risco de extinção ou expulsão de suas terras. Se a Europa se livrou, por ora, da invasão dos russos famintos que se aguardava em 1989, ganhou, em troca, a invasão de cerca de 2 milhões de iugoslavos de várias origens das antigas províncias. Felizmente, quase todos foram bem acolhidos, e muitos já estão empregados e enviam auxílio financeiro a seus familiares nas províncias de origem.

Até agora o papel da União Européia no conflito iugoslavo tem sido lamentável, revelando claramente as profundas divergências que separam as políticas externas dos grandes países europeus. E a conjuntura iugoslava pode complicar-se mais, já que, após a vitória republicana nas últimas eleições norte-americanas, o líder da maioria no Congresso já declarou peremptoriamente que o problema da Iugoslávia é assunto da Comunidade Européia, com o qual os Estados Unidos da América nada têm a ver. Ora, a Iugoslávia sempre foi uma zona de influência franco-inglesa. Diante do impasse, a União Européia pediu a Yeltsin para deter os sérvios, eslavos do sul com os quais os russos sentem tanta afinidade de raça, língua e religião. Pode ter sido um grave erro, e temos agora o maior *imbroglio* militar depois da

Segunda Guerra Mundial, em plena Europa Central. A intervenção militar da ONU produziu uma paz temporária de futuro duvidoso. A situação da Sérvia é caótica e não há estatísticas fiáveis a reportar.

De qualquer maneira, já estão consolidadas, e oficialmente reconhecidas e entronizadas como novos membros da ONU, as repúblicas da Eslovênia, da Croácia e da Macedônia, e inclusive a própria Bósnia, que ninguém sabe como vai terminar e pode até cessar de existir. A Eslovênia apresenta boas possibilidades de sucesso, pois nada sofreu com a guerra civil graças ao apoio que teve imediatamente da Áustria e da Alemanha. Sua estrutura econômica é boa, as reformas vão sendo feitas, incentivadas por Viena, e tudo indica que a Eslovênia, tão pequenina, mas homogênea, já entrou na órbita austríaca, à qual, aliás, sempre esteve ligada, histórica e culturalmente, desde a época do império austro-húngaro. Em 1993, seu PIB ainda caiu 1%, mas, em 1994, deve ter subido 2%. A inflação estava em 20%, em 1994, embora o desemprego ainda continue alto (18%) depois de feitas as principais privatizações.

A Croácia é outro país relativamente rico que também já faz parte do império austro-húngaro e tem uma tradição católica e nitidamente ocidental. Por ora, é difícil avaliar sua recuperação, já que está participando indiretamente na guerra civil da Bósnia, com gastos militares consideráveis. Os velhos ódios contra a Sérvia estão bem vivos e não auguram nada de bom, mas tem sido também ajudada pela Áustria e pela Alemanha. Logo que terminar a guerra civil, certamente a Croácia vai ser um país viável, e até já solicitou sua adesão à União Européia. A Sérvia está marcada pelo seu inaceitável comportamento impiedoso e racista, e provavel-

mente vai pagar um alto preço por isso. É bom lembrar as diferenças marcantes da velha Iugoslávia: se a Eslovênia e a Croácia são países católicos e utilizam a escrita romana, a Sérvia é cristã-ortodoxa, escreve em caracteres cirílicos, como na Rússia, e carrega o considerável peso psicológico de sete séculos de domínio otomano, que só terminou ao final da Primeira Guerra Mundial. São, portanto, mundos diferentes que nunca deveriam haver sido justapostos para formar a Iugoslávia. Na Bósnia e no Montenegro prevaleceram os muçulmanos, e no Kossovô, os albaneses, herança otomana que nada tem a ver com o mundo civilizado austro-húngaro. Arrisco-me a fazer uma tímida futurologia, ao lembrar que a Sérvia é a nação mais populosa e mais agressiva da velha Iugoslávia e vai, talvez, aproximar-se de sua vizinha Bulgária, que sempre foi boa parceria comercial e tem idênticas raízes eslavas e otomanas. Eis aí um possível Estado-região a médio prazo.

A República da Macedônia, com herança greco-otomana, já nasceu mal, pois feriu as susceptibilidades da Grécia, que se recusa a reconhecê-la. Atenas não aceita nem sequer o seu nome, que é o mesmo de sua província do norte, e a considera como uma extensão natural da histórica província grega. É previsível também que, cedo ou tarde, a sua união econômica com a Grécia venha a se concretizar, formando outro Estado-região. A alternativa seria a anexação pura e simples da Macedônia pela Grécia.

Finalmente, chegamos à pequenina Albânia, o país mais atrasado da Europa, e que, por muito tempo, foi talvez a nação mais fechada do mundo, na época do sinistro Enver Hoxa. Querendo defender-se das pressões de Moscou e de Belgrado, a Albânia aliou-se à distante China comunista, dando-

lhe curiosas vantagens portuárias em pleno Mediterrâneo. Depois de 1989, os *boat people* albaneses ganharam as manchetes da televisão internacional ao tentarem invadir a Itália e foram firmemente repelidos pelo governo italiano. Mas, por incrível que pareça, a Albânia é hoje um dos países que mais rapidamente vem fazendo reformas estruturais, a caminho da economia de mercado. O crescimento da Albânia nos últimos três anos surpreendeu a todos, e foi superior ao da Europa Ocidental. Segundo relatório da União Européia, a Albânia obteve nítido sucesso na queda da inflação e nos cortes dos gastos públicos. Está, porém, com dificuldades para aumentar suas exportações para o mercado ocidental, o que lhe permitiria obter divisas indispensáveis para pagar pelas matérias-primas e petróleo. Sua economia deve ter crescido 5%, em 1994, mas o desemprego continua alto (19%), no que pese uma bem-sucedida reforma agrícola. Por isso, a Albânia poderia ser o país que mais teria progredido em 1995, com uma projeção imbatível na Europa de 11%. Devemos, no entanto, levar em conta que a Albânia partiu de índices baixíssimos, quase do zero.

Em poucas palavras, gostaria de arrematar tudo o que disse sobre esses países do Leste Europeu, aproveitando observações do Sr. Rutger Wissels, autor do recente relatório da União Européia sobre a região. Considera ele que, de um modo geral, desemprego elevado significa mudanças e reformas. No entanto, o ritmo das privatizações tem sido, de modo geral, bastante lento e limitado a pequenas empresas. Já a privatização do comércio foi quase imediata: hoje, impressiona bem entrar numa loja, ser bem atendido e lá encontrar novos produtos. A volta dos comunistas à direção de muitos países não

está causando preocupação maior à União Européia. Significa que o poder está sendo alternado de forma democrática e que as reformas econômicas, apesar das mudanças políticas, continuam a ser feitas. Essa é a opinião do grupo de especialistas na região, e Wissels conclui afirmando que os altos índices de desemprego não vão cair já, só porque o PIB aumentou. Será necessário um crescimento sustentado do PIB por vários anos para acabar com o desemprego, que, aliás, é uma grave doença crônica na Europa Ocidental: a França está com 13% e a Espanha com 22% de desemprego e não conseguem diminuir esses índices. Pela primeira vez, depois de seis anos de reformas econômicas no Leste Europeu, elas estão começando a dar frutos. Espera-se que, em menos de 10 anos, vários países da região alcancem os países mais pobres da União Européia.

Apesar disso, o preço a pagar por esses países foi mais alto do que se esperava em 1989. Hábitos de trabalho adquiridos em 40 anos de comunismo permanecem enraizados até hoje, mesmo após seis anos de liberdade. Nas empresas privadas bem-sucedidas há uma luta surda entre patrões e empregados, que, por exemplo, se recusam a fazer horas extras, impedindo ganhos certos da empresa, que trariam benefícios para todos. Em muitos países do Leste Europeu, a sociedade está se estruturando em duas classes: os invejados, que se beneficiam das mudanças, e uma maioria ressentida e irritada, por não haver progredido como esperava. Essa esmagadora maioria acha que um emprego seguro é mais importante do que a liberdade para viajar, ou a variedade de produtos que agora enchem as prateleiras e que raramente podem adquirir. Esse sentimento talvez seja uma explicação para a vitória dos neocomunistas nas

eleições em quase todos os países da área. Até na antiga Alemanha Oriental, que tinha elevado índice de vida em relação a seus vizinhos, ocorreu o mesmo. Lá o PDS (os neo-socialistas) recebeu elevada votação nas recentes eleições alemãs, e isso apesar da inegável generosidade do governo de Bonn. É possível, e até provável, que a formação de Estados-regiões seja a solução apropriada para acelerar o desenvolvimento das áreas menos favorecidas, ou menos dispostas a modernizar-se. Seja como for, parece claro que a população da antiga Europa Oriental não quer o velho comunismo de volta, ou, pelo menos, recusam a maneira pela qual eram governados. Aliás, hoje os comunistas preferem ser chamados de socialistas e, mesmo no Brasil, o "partidão" passou a chamar-se Partido Popular Socialista, o PPS — aliás, tão mal votado nas últimas eleições.

Em resumo, Rutger Wissels afirmou que os governos dos dois lados da Europa cometeram o mesmo erro: todos achavam que a transição seria rápida, que os investimentos estrangeiros seriam enormes e não tardariam, e que as pessoas ficariam ricas da noite para o dia no Leste Europeu. Aconteceu exatamente o contrário: a recessão tomou conta de toda a Europa, os investimentos foram modestos, e ocorreu na Europa Oriental uma queda brutal do PIB, com aumento espetacular do desemprego. Agora parece que estamos entrando numa fase de otimismo realista, os gastos públicos foram reduzidos e o PIB voltou a crescer.

Na segunda parte deste ensaio, vou referir-me rapidamente à Europa Ocidental, já que os fatos alusivos aos países que a integram são mais bem conhecidos e facilmente disponíveis. Portugal saiu da modéstia em que sempre esteve mergulhado, graças à ajuda maciça da Comunidade Européia, que

injetou vultosas somas em todos os setores da sociedade e da economia portuguesa. O país deu um salto, mas a alegria já acabou, ou arrefeceu, pois as injeções de dinheiro comunitário diminuíram sensivelmente, e agora Portugal tem que andar com suas pernas. O resultado dessa crise foi que os socialistas obtiveram maioria nas últimas eleições. Seja como for, nossa mãe-pátria ganhou mais estrutura e respeito mundial, sua qualidade de vida melhorou sensivelmente, mas nem por isso deixou de ser um país pobre. A rivalidade e os ressentimentos em relação à Espanha cresceram, com a limitação das ambições portuguesas. Portugal já cresceu o que podia crescer com a ajuda da União Européia, agora vai entrar em outra etapa porque a competição dentro da comunidade está aumentando. O caminho será, talvez, o Estado-região, e prevejo que, mais cedo ou mais tarde, Portugal vai digerir seus despeitos em relação à Espanha e estabelecer uma união especial com ela.

A Espanha, sentindo as pressões centrífugas da Catalunha, Andaluzia, Galícia e região basca, optou pela bandeira da *Espanã de las nacionalidades*. Concedeu plena autonomia à Catalunha e esfriou a onda de separatismo que imperava no país. O rei Juan Carlos desempenhou importante papel nessa política esclarecida, e está conseguindo salvar a unidade de seu país, que está reduzindo ao mínimo a burocracia estatal madrienha. Felipe Gonzalez tem sido hábil executor dessa política das nacionalidades, afrouxando o controle sobre as províncias. Infelizmente, o desemprego continua altíssimo, acima de 20%. Mesmo assim, o progresso material da Espanha é evidente e o nível de vida, antes tão modesto, já atingiu patamares louváveis, embora as injeções de verbas da União Européia tenham diminuído.

ampliação da comunidade poderá, entretanto, criar outras dificuldades à Espanha e Portugal e, por isso, Madrid tem feito hábil lobby em Bruxelas para defender seus interesses. É possível que a Espanha venha a ser a cabeça de um novo espaço econômico interno na União Européia, continuando a dar ideias soltas à Catalunha e aproximando-se de Portugal em busca de melhor coordenação regional. Aliás, recentemente, Espanha e Portugal foram obrigados a desvalorizar suas moedas em 7% e 3,5%, confirmando assim que as economias das duas nações já estão diretamente vinculadas.

Já a Itália, antes tão próspera e promissora com sua eficiente economia submersa, está no meio da maior crise do pós-guerra. É muito louvável seu esforço de combater a corrupção com seu bem sucedido programa "Mãos Limpas" e está tentando reduzir os monstruosos gastos estatais. O curto governo de Berlusconi tentou dar um passo avante, mas o parlamento não lhe deu apoio. Urge diminuir sensivelmente as despesas com a previdência social, onde hoje existe a impossível proporção de um trabalhador contribuinte para um aposentado. Os riscos da exploração política são consideráveis: a rica e eficiente região norte do país está farta de arregar nas costas o dispendioso e retrógrado sul. A ameaça concreta é a *Legia Nord*, de Umberto Rossi, que derrubou o frágil gabinete Berlusconi. Os sonhos de secessão estão amplamente enunciados, e neles figuram as pretensões de autonomia da região do Tirol, com seus interesses especiais junto às fronteiras da Suíça e da Áustria. Os destinos da Itália não estão nada claros e a partilha do país não pode ser excluída, já que os dois pólos de Milão e Roma estão ficando cada vez mais afastados um do outro, alimentados por velhos ressentimentos e desniveis

econômicos. Malta é uma ilha estratégica, base naval que controla o Mediterrâneo. Conhecido foco de espionagem, mantém-se próspera graças ao intenso turismo que desfrutam suas praias e edifícios medievais.

A Grécia é outro país pobre do Mediterrâneo, um pouco menos talvez do que Portugal, mas com dificuldades políticas maiores. As teorias de mercado lá não deram ainda resultados concretos e a situação só não é muito pior graças às injeções financeiras da União Européia. O primeiro sintoma preocupante foi a recente vitória dos neo-socialistas nas eleições gerais, que felizmente estão procurando manter-se, bem ou mal, dentro dos parâmetros da Comunidade, embora com agravantes sociais esquerdistas. Alguns elementos extremados tentaram até afastar a Grécia da União Européia, mas isso seria demasiado perigoso, já que deixaria o país a mercê de seu arquiinimigo, a hoje poderosa Turquia. Afinal de contas, a Grécia perderia o apoio ocidental e não poderia mais contar com o auxílio de Moscou, antes tão pressurosa em estimular as tolices comunistas gregas. Prevejo que a Grécia deverá aproximar-se da Bulgária com o fim da Guerra Fria, pois a produção agrícola desse país vizinho lhe interessa. Deverá também apertar o cerco político e econômico à nova república da Macedônia, uma extensão de sua própria província norte do mesmo nome. Tampouco se deverá excluir uma natural aproximação com a Albânia, hoje em plena recuperação. Infelizmente, a questão de Chipre continua em suspenso com a Turquia, apesar de todos os esforços de mediação das Nações Unidas, dos quais até o Brasil já participou diretamente, na pessoa do embaixador Carlos Alfredo Bernardes. Dividida em dois mini-Estados, a estratégica e encantadora ilha de Chipre vem apresen-

tando crescente prosperidade graças ao intenso turismo europeu. O setor greco-cipriota tem hoje excelente qualidade de vida, superior mesmo ao da Grécia continental.

Outro grande país, de enormes tradições culturais e históricas, a França, parece estar entrando na pior crise depois da Segunda Guerra Mundial. Embora ela continue a ser a nação que tem talvez o melhor nível de vida da Europa, as perspectivas a curto prazo são sombrias. Apesar do êxito de recentes privatizações, a recessão é brutal: o desemprego entre os jovens é de 25% e de cada 10 jovens, que terminam a universidade, só três conseguem emprego. A dívida interna nacional aumentou 40% nos últimos três anos e superou US\$ 500 bilhões, o que está afligindo seriamente os economistas. O custo da previdência já atingiu 45% do PIB e é uma das mais altas percentagens do mundo ocidental. Ademais, o governo francês tem sido obrigado a auxiliar fortemente importantes empresas estatais em dificuldades: o *Crédit Lyonnais* e a *Air France* obtiveram enormes subsídios, talvez a fundo perdido. Reivindicações setoriais ou sindicais têm sido atendidas inexplicavelmente, atestando a fraqueza do governo Balladur. Tudo isso tem retirado substância à França, que será forçada, inelutavelmente, a contentar-se com posições secundárias na nova ordem de decisões continentais e mundiais. A *grandeur* está acabando e isso fere profundamente o amor próprio dos franceses, que se revoltam contra a inevitável austeridade imposta por Chirac.

Os países de Benelux, no entanto, vão muito bem e estão entre os mais avançados da União Européia. É verdade que na Bélgica conspira-se à luz do dia para, em área tão pequena, criar três regiões com maior autonomia: a Valônia, Flandres e Bruxelas. Essa

tendência é perigosa, pois poderá levar a uma ruptura final, estimulada por velhos antagonismos de religião e língua. Essas três áreas não poderiam sobreviver sozinhas e, obviamente, a Valônia iria terminar por juntar-se à França, e Flandres à Holanda. No entanto, a Bélgica tem economia sólida, dirigida por fortes cartéis de capitais, que ainda estão atuando no Zaire com muito proveito. A Holanda, ou Países Baixos, tem altíssimo nível de vida também e seus homens de negócios estão entre os mais hábeis da Europa. Sua economia é mais forte ainda do que a da Bélgica e o país certamente está no pelotão de vanguarda da Europa. O pequeno Luxemburgo, com apenas 400 mil habitantes, continua sendo um dos principais centros bancários do continente e goza de sólida posição financeira, com seus 229 bancos e 10 mil *holdings* bem protegidas pelo sigilo bancário.

Apesar de a União Européia ter entrado em vigor a 1^a de novembro de 1993, as reservas inglesas e dinamarquesas ao Tratado de Maastricht atrapalharam o sonho imediato de uma Europa sem fronteiras e com moeda única. O pesadelo de tentar outra vez foi adiado para 1996 e 1999, utilizando já o novo sistema de decisões por maioria simples. No interim, Alemanha e França tomaram a iniciativa de trilhar uma estrada com várias pistas, isto é, com várias velocidades. É o esforço de encontrar o mesmo ritmo para todos na caminhada. A Inglaterra não desgosta da idéia, mas não pode aceitar liderança franco-alemã. Por isso, Londres não quer reconhecer os países que tomariam essa dianteira e, sim, limita-se a sugerir prioridades de percurso.

E por falar na Grã-Bretanha, ela também está atravessando um período feliz, já que a recessão européia não poupou a ilha.

Os inconvenientes de sua indústria antiquada e pouco competitiva estão sendo superados lentamente. A austeridade imposta pelos conservadores não atraiu investimentos importantes e o desemprego continua elevado, embora inferior ao da França. O bom entendimento com os Estados Unidos é uma garantia razoável para o futuro, mas tudo indica que as devastações da recente recessão venham a derrubar o governo conservador nas eleições de 1996. Embora o novo trabalhismo inglês não chegue a assustar, é previsível que eventual reviravolta política possa acarretar outros atrasos ao Tratado de Maastricht. Recentes pesquisas de opinião pública dizem-nos que apenas 33% dos britânicos apoiam permanecer na União Européia com política externa unificada e moeda comum. Seja como for, a Reino Unido parece mais bem habilitado a entrar no século XXI do que países como a França ou a Itália. Nem por isso os separatistas da Escócia e do país de Gales se aquietaram. No entanto, o atual governo conservador está talvez em vésperas de terminar a longa disputa política na Irlanda do Norte, o que seria um fator de estabilidade no país e melhoraria nas suas finanças. Tampouco se deve subestimar outro fato positivo, mais de caráter psicológico: a recente inauguração do Eurotúnel, que finalmente ligou a ilha ao continente. Por outro lado, a Irlanda, um dos países mais pobres da União Européia, com taxa de desemprego de 16%, tem recebido amplo auxílio financeiro da Comunidade e dos Estados Unidos e deverá beneficiar-se com a pacificação da Irlanda do Norte. As perspectivas para o futuro são boas, embora persista a drenagem de forte emigração.

Chegamos então à locomotiva européia, a grande Alemanha unificada, com mais de 80 milhões de habitantes altamente qualifi-

cados. A reunificação está custando caríssimo (DM 500 bilhões), pois não se tinha a idéia de quanto uma parte da Alemanha se distanciara da outra, em 40 anos de separação. Em termos econômicos, tudo melhorou nestes cinco anos após a queda do muro de Berlim, mas muita gente perdeu o emprego e não tem possibilidade de encontrar outro. O desemprego na antiga RDA ainda é de 15% e, em todo o país reunificado, há mais de 4 milhões de desempregados. Nas eleições de 1994, Helmut Kohl escapou por pouco e agora tem de governar com a magra maioria de 10 votos. A indústria alemã reorganizou-se bem e o país vem recebendo importantes investimentos em consequência da queda do dólar. O reverso da medalha é que a hipervalorização do marco poderá ter efeito avassalador em seu comércio exterior, já onerado pelos elevados custos de produção na Alemanha. O muro invisível que continua a separar as duas partes do país deverá desaparecer até a virada do século, graças aos enormes investimentos, realizados, aliás, com grande generosidade, embora com orientação por vezes discutível e, até agora, bastante injusta. Outro Estado-região, dentro da Comunidade, poderá surgir, pois vários dos vizinhos da Alemanha estão estreitamente vinculados a ela comercialmente, com suas moedas amarradas ao marco alemão, e só tenderão a aproximar-se ainda mais. O único risco que pode ser assinalado é a possível separação da Baviera, que já goza de relativa autonomia. Província riquíssima e conservadora, tem dado sinais de impaciência política e econômica em momentos de crise. Uma futura vitória eleitoral dos trabalhistas do SPD poderá reviver sonhos separatistas de independência da Baviera.

As possibilidades de expansão da União Européia já são concretas e a ela já se junta-

ram, em 1995, três importantes países neutros: a Áustria, a Suécia e a Finlândia. A Suécia, que tinha uma das mais altas rendas *per capita*, fez demasiadas concessões securitárias a seus cidadãos, por isso teve de taxá-los brutalmente e acabou à beira da falência. Mudou o governo três vezes em cinco anos e só lhes restou a opção da União Européia. A Finlândia, economia-mirim muito bem administrada, está sendo vítima da imensa crise russa, que era seu principal parceiro comercial. A União Européia deverá dar-lhe mais serenidade para gozar seu alto padrão de vida (US\$ 23,000). É provável que se aproxime ainda mais de seu vizinho sueco, com o qual tem ligações históricas, e com a Estônia, onde poderá dar lições de tecnologia e administração. Já a Dinamarca tem problemas previdenciários semelhantes aos da Suécia, pela extrema generosidade de seus últimos governos. Mantém relações comerciais muito estreitas com a Grã-Bretanha, seu melhor cliente, e, embora persistam ressentimentos históricos contra a Suécia, a Dinamarca vai buscar uma ainda maior associação com ela, com a Noruega e com a Finlândia, com vistas a um novo Estado-região escandinavo.

O caso da Noruega é bem diferente, pois está se tornando, nas devidas proporções, a Arábia Saudita da Europa. Aliás, é compreensível que um país riquíssimo, com pequena população, seja cioso de sua completa independência. Com uma renda *per capita* de US\$ 27,000 proveniente da exploração do petróleo e do gás do Mar do Norte, não teria quase nada a ganhar na União Européia, onde seria um grande pagador. Seus argumentos em conta da adesão são parecidos com os dos suíços: terão que pagar pelos países mais pobres e perderão sua autonomia de agir como melhor lhes aprouver. Mesmo assim,

a Noruega já aderiu ao Espaço Econômico Europeu como etapa intermediária. Finalmente, a 28 de novembro de 1994, tomou a grande decisão: por 52% a 48% os noruegueses recusaram integrar a União Européia. Os cidadãos esclarecidos das cidades norueguesas apoiavam a adesão, mas uma maioria de camponeses e habitantes de lugares remotos votaram contra, talvez temerosos da burocracia de Bruxelas.

Não poderia terminar este ensaio sem me referir diretamente a duas importantes organizações européias sediadas em Bruxelas: a União Européia e a NATO. A primeira reunião dos 15 ministros das Finanças da União Européia, em fevereiro de 1995, demonstrou que a criação da moeda única está mais longe do que nunca. Na Alemanha, França e Grã-Bretanha tem aumentado a desilusão com o futuro da União Européia que pode ficar reduzida no século XXI apenas a uma zona de livre comércio bastante eficiente. A guerra civil na Bósnia já comprovou também que há condições para unificar uma política externa comum. Por outro lado, a admissão de alguns países do Leste Europeu custaria muito caro aos atuais 15 Estados-membros: cerca de US\$ 3 bilhões por país a ser incorporado. Os Estados menores da União Européia (Portugal, Espanha, Grécia e Irlanda) serão prejudicados se isso vier a ocorrer e tudo farão para impedir a entrada de outros países pobres, que serão apenas recipientes das benesses da Comunidade.

No que se refere à NATO, outro impasse vem dificultando a ampliação da organização, em virtude da hesitação política dos Estados Unidos da América. A princípio Washington favorecia a incorporação da Rússia *antes* dos demais países do Leste Europeu. Agora, depois do caos econômico

aquele país e a guerra da Chechênia, a Casa Branca já prefere dar prioridade à admissão na NATO de alguns países da Europa oriental, como a Polônia, a Hungria e a República Tcheca, ficando para mais tarde a entrada da Rússia. Essa mudança de orientação política está irritando os russos, que têm se manifestando abertamente em contrário. Em verdade, se isso viesse a ocorrer, a Rússia ficaria virtualmente cercada pela NATO. O impasse já está gerando considerável frustração entre os antigos aliados da Rússia, que temem voltar a ser considerados como zona de influência russa. Nos últimos anos deste século deverão ser decisivos quanto ao futuro da União Européia e da NATO.

Recapitulando o mapa da Europa, em 1995, temos nada menos de 43 países independentes, inclusive os mini-Estados de Andorra, Mônaco, São Marinho e Lichtenstein. São poucos os Estados que se encontram em situação tranqüila e sólida, ao saírem da presente recessão; alguns outros apresentam conjunturas razoáveis ou promissoras e, finalmente, uma maioria considerável de países que ainda se debatem com problemas graves, de difícil solução a curto prazo. O elevado número de 43 nações demonstra o mesmo que estamos em um período de pulverização política, de paixões nacionalistas exacerbadas, de minorias recalcitrantes. Devemos pensar que, se excluirmos a Rússia, toda a Europa é menor do que o Brasil. Como encaixar tantos Estados independentes dentro do território brasileiro? Fazendo essa comparação, é lícito avaliar que a atual composição política européia não pode ir

muito longe. As forças centrífugas já estão começando a ser substituídas por outras forças, desta vez aglutinadoras, baseadas menos nos desejos de nacionalidades e minorias, e mais nas realidades comerciais, econômicas e financeiras. Acredito que na próxima década vão se produzir vários tipos de uniões, fusões e associações de Estados ora independentes. Poderão manter sua autonomia, mas confiarão várias de suas funções a governos centrais de mera coordenação, como, por exemplo,

“Enquanto algumas entidades ainda se separam, outras vão unir-se para poder sobreviver — forças centrífugas e forças centrípetas a se exercerem na ânsia de realizar sonhos de prosperidade para seus povos.”

defesa e relações exteriores, a fim de aliviar os pesados orçamentos desses pequenos Estados. Destarte, enquanto algumas entidades ainda se separam, outras vão se unir para poder sobreviver — forças centrí-

fugas e forças centrípetas a se exercerem na ânsia de realizar sonhos de prosperidade para seus povos. Que tudo isso possa realizar-se sem tanques e mísseis, pois a Europa já sofreu demais — a Europa das minorias e das nacionalidades, dos Estados-nações e dos Estados-regiões — em busca da paz, de suas aspirações remotas e modernas, de sua felicidade.

Uma nota final, também pouco otimista, nos chega da Rússia, onde a repercussão da guerra na Chechênia, o crescente poder da máfia, a série de assassinatos de homens de negócios, parlamentares e jornalistas está trazendo graves preocupações. Tudo parece indicar que a frágil democracia russa, a primeira em sua história secular, está em perigo. Um governo forte, com muito maior autoridade, parece inevitável a curto prazo. Se o líder desse novo governo autoritário for Boris Yeltsin, ainda pode haver esperanças

de alguma moderação. Se o poder vier a cair em mãos radicais, como as de Jirínovskij, então o pior poderá acontecer. Por outro lado, em compensação à anarquia que está assolando a Rússia, chega-nos uma notícia positiva do Banco Europeu para a Reconstrução e Desenvolvimento (EBRD). Após longa fase de organização e instalação, acaba de ser anunciado intenso programa de financiamento ao setor privado na Europa Oriental e Rússia. O valor a ser aplicado até o fim do ano corrente é de US\$ 13 bilhões. O novo presidente do EBRD, o francês Jacques de Larosière, ex-dirigente do FMI, tem sido mais atuante do que seu antecessor, e o banco, finalmente, poderá desempenhar papel relevante na recuperação e desenvolvimento da região.

Em suma, a perspectiva para o primeiro quartel do século XXI nada tem de brilhante. No momento, espera-se para aquela época, já tão próxima, uma desenfreada automação e informatização, e em consequência disso, um altíssimo índice de desemprego não só no Primeiro Mundo, mas também em países emergentes como o Brasil. Ora, tais ingredientes, aliados à violência e ao terrorismo crescentes e o uso de drogas, parecem-me pouco compatíveis com a democracia. George Orwell havia previsto a chegada do *Big Brother* com seu aparato policial informatizado e robotizado para 1984. Equivocou-se até agora em mais de 10 anos, mas não se

deve excluir venha a acertar um dia. Não invejo o mundo de meus netos.

Espero que estas considerações e modestos exercícios de futurologia sejam de alguma utilidade para melhor avaliar o futuro próximo da maravilhosa Europa que tanto admiramos.

PAÍSES DA EUROPA EM 1995

- *Antiga União Soviética*: Rússia; Estônia; Letônia; Lituânia; Belarus (ou Bielorrússia); Ucrânia e Moldávia.

- *Antigo Leste Europeu*: Polônia; Romênia; Bulgária; República Tcheca; Eslováquia; Hungria; Eslovênia; Croácia; Bósnia (possível partilha); Iugoslávia (Sérvia); Montenegro, Voivodina e Kossovô; Macedônia e Albânia.

- *Escandinávia*: Noruega (+ +); Suécia (+); Dinamarca (+); Islândia (+ +) e Finlândia (+).

- *Europa Ocidental*: Áustria (+); Suíça (+ +); Lichtenstein (+ +); Grã-Bretanha (com Irlanda do Norte) (+); Eire (+); Alemanha (reunificada) (+); Países Baixos (Holanda) (+); Bélgica (+); Luxemburgo (+); França (+); Mônaco; Itália (+); São Marinho; Malta; Espanha (+); Andorra; Portugal (+); Grécia (+) e Chipre (dividida em duas partes: grega e turca, esta com independência somente reconhecida pela Turquia). □

NOTA: A Turquia europeia tem seu governo em Ancara, na Ásia Menor, e por isso não foi relacionada. Tampouco inclui o Azerbaijão, a Geórgia, o Casaquistão e a Armênia independentes, que se situam também na Ásia Menor.

+ País da União Europeia

+ + País membro da EFTA